

**PROJETO DE LEI Nº 031, DE 28 DE MAIO DE 2025**

**"INSTITUI O PLANO PLURIANUAL DO  
MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO PARA O  
QUADRIÊNIO 2026/2029 E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS."**

O Prefeito Municipal de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 49, Inciso III, da Lei Orgânica do Município, submete à apreciação da Câmara de Vereadores o seguinte Projeto de Lei:

**CAPÍTULO I**

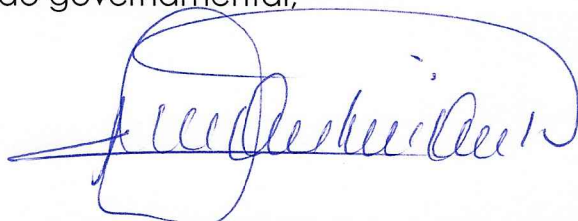
**DO PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL E DO PLANO PLURIANUAL**

**Art. 1º.** Esta lei institui o Plano Plurianual (PPA) do Município para o exercício de 2026 à 2029, em cumprimento do disposto no §1º do art. 165 da Constituição Federal e do art. 71 da Lei Orgânica do Município de Monte Castelo.

**Art. 2º.** O Plano Plurianual é instrumento de planejamento governamental que define diretrizes, objetivos e metas com o propósito de viabilizar a implementação e a gestão das políticas públicas, convergir a dimensão estratégica da ação governamental e orientar a definição de prioridades.

**Art. 3º.** O Plano Plurianual tem como diretrizes:

I - valorização do cidadão usuário como motivo de qualquer ação governamental;



**PROJETO DE LEI Nº 031, DE 28 DE MAIO DE 2025**

**FL. 02**

II - participação da sociedade na escolha de prioridades, acompanhamento e avaliação dos resultados;

III - forte ênfase nas ações que envolvem o desenvolvimento humano;

IV - a excelência na gestão.

**CAPÍTULO II**

**DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO PLANO**

**Art. 4º.** O Plano Plurianual reflete as políticas públicas e organiza a atuação governamental por meio de Programas, classificados em duas espécies, os Temáticos e os de Gestão, Manutenção e Serviços, assim definidos:

I - **Programa Temático**: aquele que expressa a agenda de governo por meio de políticas públicas, orientando a ação governamental para a entrega de bens e serviços à sociedade; e

II - **Programa de Gestão, Manutenção e Serviços**: aquele que reúne um conjunto de ações destinadas ao apoio, à gestão e à manutenção da atuação governamental.

**Art. 5º.** Os programas temáticos são compostos por indicadores de desempenho, objetivos e valores para os quatro exercícios.

§ 1º. O indicador é um instrumento que permite identificar e aferir, periodicamente, aspectos relacionados a um Programa, auxiliando o seu monitoramento e a sua avaliação, sendo sua perspectiva de evolução demonstrada pelas metas.

§ 2º. O Objetivo expressa o que deve ser feito, refletindo as situações a serem alteradas e tem como atributos:



**PROJETO DE LEI Nº 031, DE 28 DE MAIO DE 2025**

FL. 03

I - **Órgão e Unidade Responsável:** é aquele cujas atribuições mais contribuem para implementação do objetivo;

II - **Meta:** é uma medida do alcance do objetivo vinculada ao indicador de desempenho; e

**Art.6º.** A cada meta são associadas iniciativas orçamentárias.

§ 1º. As iniciativas declaram as entregas de bens e serviços à sociedade, resultantes da coordenação de ações orçamentárias (atividades, projetos ou operações especiais).

§ 2º. As iniciativas que se caracterizarem por projetos serão identificadas por subtítulos (localizador de gasto) utilizados especialmente para especificar a localização física da ação.

**Art.7º.** As codificações dos programas serão observadas nas leis de diretrizes orçamentárias, nas leis orçamentárias anuais e nos projetos que os modifiquem.

**Art.8º.** Integram o Plano Plurianual os seguintes anexos:

I – Demonstrativos da previsão da receita para o quadriênio 2022-2025;

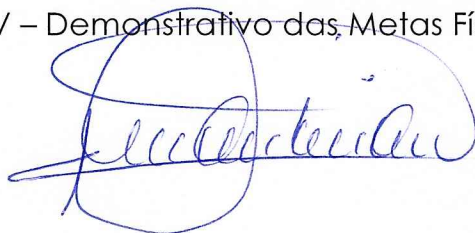
II – Planilha de Despesa por Programas e Ações de Governo;

III – Demonstrativo da Consolidação da Despesa por programas;

IV – Compatibilização das Fontes com a Destinação dos Recursos;

e

V – Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações.



**PROJETO DE LEI Nº 031, DE 28 DE MAIO DE 2025**

FL. 04

**CAPÍTULO III**

**DA INTEGRAÇÃO COM OS ORÇAMENTOS**

**Art. 9º.** Os programas constantes do Plano Plurianual estarão expressos na Lei de Diretrizes Orçamentárias, na Lei Orçamentária Anual e nas Leis que as modifiquem.

**Art. 10.** Os Valores previstos no Plano Plurianual serão automaticamente atualizados pelas leis de diretrizes orçamentárias e orçamentos anuais.

**Art. 11.** O Plano Plurianual somente poderá ser alterado por lei específica para esta finalidade.

**Art. 12.** O Poder Executivo, para compatibilizar as alterações promovidas pelas leis orçamentárias anuais e pelas leis que as modifiquem, fica autorizado a:

I- incluir, excluir ou alterar;

a) as indicadores de desempenho;

b) as metas;

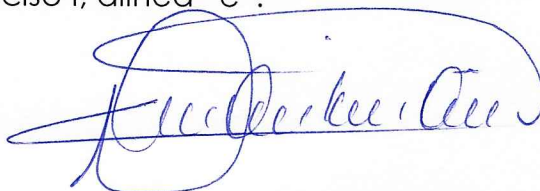
c) O Órgão e a Unidade Responsável; e

d) Os subtítulos (localizadores de gasto) que não sejam originados de emendas impositivas.

**CAPÍTULO IV**

**DA AVALIAÇÃO E TRANSPARÊNCIAS DO PLANO**

**Art. 13.** A lei de diretrizes orçamentárias definirá anualmente e para cada exercício a forma de avaliação dos resultados dos Programas de Governo conforme prevê a Lei Complementar nº 101, de 2000, art. 4º, inciso I, alínea "e".



**PROJETO DE LEI Nº 031, DE 28 DE MAIO DE 2025**

FL. 05

**Art. 14.** O município manterá atualizado o plano e o divulgará no Portal da Transparência, nos termos do art. 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

**Art.15.** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Castelo, 28 de Maio de 2025



**SIRINEU RATOCHINSKI**

Prefeito Municipal

**OFÍCIO Nº 056/GAB/2025**

Monte Castelo, 28 de Maio de 2025

**ILMO. SR.**

**ROBERTO CARLOS BARANKIEVICZ**

**DD. PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES**

**NESTA**

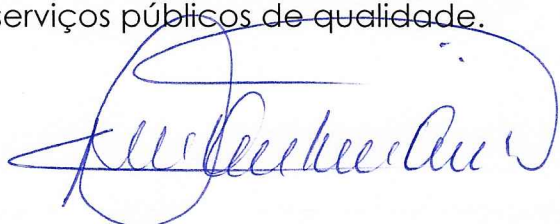
Prezado Senhor

Cumprimentando-lhe cordialmente e aos demais Vereadores e Vereadoras que integram esta casa de leis, sirvo-me do presente para encaminhar o Projeto de Lei Nº 031/2025, que **"INSTITUI O PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO PARA O QUADRIÊNIO 2026 A 2029 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**.

Por ocasião da apresentação de nosso plano de governo à nossa comunidade, tivemos o cuidado de ancorá-lo num tripé estratégico que envolve:

1. Gestão técnica - com o objetivo de imprimir a máxima eficácia na utilização dos recursos públicos;
2. Desenvolvimento Econômico - que consiste no aumento da base da arrecadação municipal ampliando as oportunidades aos cidadãos;
- 3 - Transparência - cuja finalidade consiste na garantia de visibilidade dos atos da Administração Municipal.

E, é a partir dessas premissas que buscaremos viabilizar aquilo que é direito do cidadão e um dever da municipalidade: oferecer os serviços públicos de qualidade.



Foi com esta concepção, que o Plano Plurianual para o Quadriênio 2026 a 2029 foi elaborado, materializando-se um documento que pretende comportar esta estratégia de governo apresentando desafios e compromissos, baseado na realidade econômica do Município, respeitando políticas públicas municipais consolidadas, conciliando estas e novas ações municipais às iniciativas de outras esferas de governo, estabelecendo o planejamento do governo municipal para os próximos quatro anos.

Esperamos que o presente Projeto de Lei, aprovado com o apoio do Poder Legislativo, seja mais um dos instrumentos para que possamos avançar na construção de uma Monte Castelo desenvolvida, sustentável, justa, fraterna, inovadora e comprometida com o amparo aos mais necessitados.

Sendo o que nos apresenta para o momento, prevalecemos da oportunidade para reiterar a Vossa Excelência e demais Vereadores, nossos protestos de alta estima e distinta consideração.

Atenciosamente,



SIRINEU RATOCHINSKI  
PREFEITO MUNICIPAL